

ECTE - Empresa
Catarinense de
Transmissão de
Energia S.A

Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O-0

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro	
	2016	2015	2016	2015	
ATIVO CIRCULANTE		(Reclassificado)		(Reclassificado)	
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.333	16.302	23.128	20.272
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	2.960	2.977
Contas a receber ativo financeiro	7	67.761	91.640	91.755	114.510
Impostos a recuperar	8	531	144	623	222
Dividendos a receber		5.099	4.157	-	-
Outros ativos		3.070	2.667	6.283	6.841
		95.794	114.910	124.749	144.822
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber ativo financeiro	7	97.871	97.278	286.867	287.356
Outros ativos		4.146	4.134	4.173	4.157
Investimentos	9	136.045	119.675	-	-
Imobilizado		94	88	94	88
Intangível		348	466	377	495
		238.504	221.641	291.511	292.096
TOTAL DO ATIVO		334.298	336.551	416.260	436.918

Nota	Controladora		Consolidado		
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro	
	2016	2015	2016	2015	
PASSIVO CIRCULANTE		(Reclassificado)		(Reclassificado)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	42.140	31.795	49.931	39.557
Fornecedores		527	412	4.331	16.568
Tributos e encargos sociais a recolher	11	11.310	12.197	11.865	12.750
Dividendos a pagar		10.582	-	10.582	-
Encargos regulatórios	12	3.781	3.332	4.448	3.726
Outros passivos		867	816	2.533	1.793
		69.207	48.552	83.690	74.394
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	64.735	104.456	125.664	172.463
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	29.053	36.265	35.588	42.783
Provisão para contingências		150	-	165	-
		93.938	140.721	161.417	215.246
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	14	42.095	42.095	42.095	42.095
Reservas de lucro	14	84.140	97.312	84.140	97.312
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	14	44.918	7.871	44.918	7.871
		171.153	147.278	171.153	147.278
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		334.298	336.551	416.260	436.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

Nota	Controladora		Consolidado		
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro	
	2016	2015	2016	2015	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	51.801	60.574	72.183	111.274
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS					
Pessoal		(2.010)	(1.769)	(2.275)	(1.994)
Material e serviços de terceiros		(1.178)	(1.780)	(2.706)	(2.255)
Outros		(268)	(110)	(313)	(142)
Custo de implantação de infraestrutura		-	-	8.264	(26.520)
LUCRO BRUTO		48.345	56.915	75.153	80.363
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS					
Pessoal e administradores		(1.662)	(1.452)	(1.667)	(1.454)
Material e serviços de terceiros		(295)	(420)	(592)	(660)
Depreciação e amortização		(128)	(128)	(128)	(128)
Outras		(508)	(661)	(556)	(683)
		(2.593)	(2.661)	(2.943)	(2.925)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		21.469	17.504	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		67.221	71.758	72.210	77.438
RECEITAS FINANCEIRAS	16	1.699	2.145	2.623	2.694
DESPESAS FINANCEIRAS	16	(19.906)	(19.598)	(24.854)	(23.838)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		49.014	54.305	49.979	56.294
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(13.190)	(14.571)	(14.138)	(15.425)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11 e 17	6.504	(21.863)	6.487	(22.998)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		42.328	17.871	42.328	17.871
QUANTIDADE DE AÇÕES ORDINÁRIAS		42.095.000	42.095.000		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO ORDINÁRIA - EM R\$		1,005535	0,424540		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro
	2016	2015	2016	2015
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	42.328	17.871	42.328	17.871
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	42.328	17.871	42.328	17.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	42.095	8.419	88.893	12.179		151.586
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	17.871	17.871
Destinação proposta à AGO:						
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(12.179)	-	(12.179)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	7.871	(7.871)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	42.095	8.419	88.893	7.871	-	147.278
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	42.328	42.328
Destinação proposta à AGO:						
Dividendos declarados	-	-	-	-	(10.582)	(10.582)
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(7.871)	-	(7.871)
Dividendos adicionais propostos	-	-	(44.918)	44.918	-	-
Reserva de lucro do exercício	-	-	31.746	-	(31.746)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	42.095	8.419	75.721	44.918	-	171.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro
	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	49.014	(Reclassificado) 54.305	49.979	(Reclassificado) 56.294
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	128	128	128	128
Equivalência patrimonial	(21.469)	(17.504)	-	-
Juros e variação monetária	19.514	19.230	24.377	23.690
Receita de aplicações financeiras	-	-	(386)	(234)
Provisões para contingências	-	-	15	-
	47.187	56.159	74.113	79.878
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber ativo financeiro	22.571	15.598	22.472	(22.834)
Impostos a recuperar	(387)	(35)	(397)	307
Outros ativos	(415)	444	542	(1.310)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	115	191	(12.237)	11.613
Tributos e contribuições sociais a recolher	(14.785)	(3.680)	(15.731)	(4.386)
Encargos regulatórios	255	70	516	464
Outros passivos	51	4.044	740	4.038
Pagamento de contingências	150	-	150	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	54.742	72.791	70.168	67.770
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controladas	-	(10.250)	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	-	424	311
Aplicações de títulos e valores mobiliários	-	-	(25)	(3.054)
Recebimento de dividendos	4.157	-	-	-
Aplicações no imobilizado	(12)	(6)	(12)	(6)
Aplicações no intangível	(4)	(8)	(4)	(8)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	4.141	(10.264)	383	(2.757)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de dividendos	(7.871)	(62.707)	(7.871)	(62.707)
Empréstimos e debêntures captados	-	73.000	-	77.087
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(47.981)	(72.832)	(59.824)	(82.413)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(55.852)	(62.539)	(67.695)	(68.033)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	3.031	(12)	2.856	(3.020)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	16.302	16.314	20.272	23.292
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	19.333	16.302	23.128	20.272
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	3.031	(12)	2.856	(3.020)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “ECTE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 08 de agosto de 2000 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Acy Aviano Varela Xavier, SN - Sala D - Lages - SC.

A ECTE possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Participação	Número	Contrato de concessão				
			Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação (**)
ECTE	-	088/2000	30	2030	79.723	IGPM	Sim
ETSE	100%	006/2012	30	2042	21.582	IPCA	Não

(*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

(**) A Resolução Homologatória nº 2.098/2016 contemplou os efeitos pró rata da redução da RAP, uma vez que a ECTE entrou em operação comercial em março de 2002. O Contrato de Concessão da controlada ETSE dispõe de RAP linear durante todo o prazo da concessão.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ECTE entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa “Contas a receber ativo financeiro”.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 24 de fevereiro de 2017.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A ECTE revisa suas estimativas anualmente.

Para uma melhor apresentação a Companhia passou a apresentar o saldo líquido entre os valores a receber e a pagar oriundos de sua operação de concessão, e, portanto, para fins de comparabilidade reclassificou os valores relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da ECTE e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem a ECTE e sua controlada. São consideradas controladas quando a ECTE controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis de controladas são incluídas nas informações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do período da empresa controlada.

A seguinte controlada está sendo incluída na demonstração contábil consolidada:

Razão Social	Tipo de investimento	% participação	
		Dezembro	Dezembro
		2016	2015
ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.	Controlada	100,00%	100,00%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as Contas a receber do ativo financeiro estão classificadas como “empréstimos e recebíveis”. Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.2 Contratos de concessão

De acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não é reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016, a ECTE e sua controlada não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.4 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da ECTE e de sua controlada são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como outros passivos financeiros.

3.5 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a ECTE e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.6.1 Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A ECTE e sua controlada revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.7 Tributação

3.7.1 Impostos sobre a receita

As receitas da ECTE e da sua controlada estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%.

3.7.2 **Imposto de renda e contribuição social:**

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da ECTE são calculados pelo regime do lucro real e sua controlada ETSE é optante pelo regime do lucro presumido.

Diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.8 **Reconhecimento da receita**

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela ECTE e pela sua controlada.

A ECTE e sua controlada reconhecem a receita de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12), e são segregadas da seguinte forma:

3.8.1 **Receita de implantação de infraestrutura**

A ECTE e a sua controlada estão abrangidas pelo escopo da ICPC 01 (IFRIC 12), registram a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e o CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da ECTE e de sua controlada avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a ECTE e sua controlada não identificaram nenhuma margem de lucro líquido em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

3.8.2 **Receitas de remuneração dos ativos da concessão**

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.8.3 Receitas de operação e manutenção

Após a fase de implantação de infraestrutura inicia - se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

3.8.4 Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.9 Resultado por ação

A ECTE efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Pronunciamentos novos ou revisados

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia e sua controlada não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia e sua controlada não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes	Refere-se à convergência do IASB ("International Accounting Standards Board"), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 - Arrendamentos	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
Modificações à IAS 7 / CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de Divulgação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações contábeis nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	111	34	137	53
Aplicações financeiras	19.222	16.268	22.991	20.219
	<u>19.333</u>	<u>16.302</u>	<u>23.128</u>	<u>20.272</u>

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 98,28% do CDI em 31 de dezembro de 2016, (99,97% do CDI em 31 de dezembro de 2015), possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016 a controlada ETSE possui o saldo de R\$ 2.960 (R\$ 2.977 em 31 de dezembro de 2015) referente a conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

7 Contas a receber ativo financeiro

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ECTE e da sua controlada é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (Reclassificado)	208.860	383.622
Receita de operação e manutenção	6.080	7.086
Remuneração do ativo financeiro da concessão	60.894	87.462
Receita de implantação de infraestrutura	-	26.520
(-) Parcela variável	(39)	(2.284)
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(86.877)	(100.540)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015 (Reclassificado)	188.918	401.866
Receita de operação e manutenção	5.846	7.786
Remuneração do ativo financeiro da concessão	52.576	80.973
Receita de implantação de infraestrutura	-	(8.264)
(-) Parcela variável	(434)	(514)
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(81.274)	(103.225)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	165.632	378.622
Contas a receber ativo financeiro - circulante	67.761	91.755
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	97.871	286.867
Total circulante e não circulante	165.632	378.622

As contas a receber ativo financeiro incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ECTE e sua controlada consideram que o valor da indenização a que terão direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda retido na fonte	485	98	574	173
Imposto de renda - pessoa jurídica	-	-	3	3
Outros	46	46	46	46
	531	144	623	222

9 Investimentos

(a) Participação no resultado e patrimônio líquido:

	Dezembro	Dezembro
	2016	2015
Dados das companhias:		
Total do ativo	223.106	224.199
Total do passivo	87.061	104.524
Patrimônio líquido	136.045	119.675
Receita líquida	20.382	50.700
Lucro líquido	21.469	17.504
Quantidade de ações	92.943.000	92.943.000
Participação da ECTE:		
Quantidade de ações	92.943.000	92.943.000
no capital social	100,00%	100,00%
no resultado	21.469	17.504
no patrimônio líquido	136.045	119.675

(b) Movimentação dos investimentos durante os períodos apresentados:

	ETSE
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	74.278
Adição (Aumento de capital)	32.050
Resultado de equivalência patrimonial	17.504
Dividendos e juros sobre capital próprio	(4.157)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	119.675
Resultado de equivalência patrimonial	21.469
Dividendos e juros sobre capital próprio	(5.099)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	136.045

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora					Consolidado				
	Dezembro				Dezembro	Dezembro				Dezembro
	2016				2015	2016				2015
	Circulante		Não Circulante		Total	Circulante		Não Circulante		Total
Encargos	Principal	Principal	Total	Encargos		Principal	Principal	Total		
BNDES - Subcrédito A	-	-	-	-	-	130	3.177	34.669	37.976	40.579
BNDES - Subcrédito B	-	-	-	-	-	46	4.438	26.260	30.744	35.190
Debêntures 2ª emissão	935	39.975	-	40.910	65.488	935	39.975	-	40.910	65.488
Debêntures 3ª emissão	1.488	(258)	64.735	65.965	70.763	1.488	(258)	64.735	65.965	70.763
	<u>2.423</u>	<u>39.717</u>	<u>64.735</u>	<u>106.875</u>	<u>136.251</u>	<u>2.599</u>	<u>47.332</u>	<u>125.664</u>	<u>175.595</u>	<u>212.020</u>

Financiadores / credores	Empresas operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas						
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização	
			Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos		
BNDES - Subcrédito A	ETSE (*)	dez/13	nov/28	39.159	TJLP	2,02%	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito B	ETSE (*)	dez/13	nov/23	39.254	-	3,50%	Mensal	Mensal
Debêntures 2ª emissão	ECTE (**)	out/12	out/17	80.000	CDI	0,99%	Semestral	Semestral
Debêntures 3ª emissão	ECTE (**)	mai/15	fev/20	70.000	CDI	2,15%	Mensal	Mensal

(*) O contrato da controlada ETSE com o BNDES exige a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas). Dentre estas cláusulas restritivas destaca-se o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,30, ao longo de todo o prazo de amortização.

(**) As cláusulas restritivas das debêntures da ECTE atualizadas pelo IGPM estão relacionadas à dívida líquida e em 31 de dezembro de 2016 atualizadas pelo IGPM estão no limite de R\$ 296.470 para a 2ª e 3ª emissão de debêntures.

A Administração da ECTE e de sua controlada mantêm o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2016, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

Os vencimentos anuais dos empréstimos, financiamentos e debêntures ao longo prazo são como segue:

	Controladora	Consolidado
2018	26.807	34.488
2019	35.940	43.667
2020	1.988	9.762
2021	-	7.822
2022	-	7.871
Após 2022	-	22.054
	<u>64.735</u>	<u>125.664</u>

11 Tributos e contribuições sociais a recolher e diferidos

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro
	2016	2015	2016	2015
Passivo circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	8.036	8.585	8.284	8.824
PIS e COFINS	493	500	582	613
Contribuição social - CSLL	2.633	2.962	2.747	3.068
ICMS	13	13	22	20
Outros	135	137	230	225
	11.310	12.197	11.865	12.750
Passivo não circulante				
IRPJ e CSLL diferidos, líquido (a)	29.053	36.265	35.588	42.783

(a) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Controladora			Consolidado		
	Dezembro	Reconhecido	Dezembro	Dezembro	Reconhecido	Dezembro
	2014	no resultado	2015	2014	no resultado	2015
Ativo fiscal diferido						
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	-	(6.685)	(6.685)	-	(6.685)	(6.685)
Subtotal	-	(6.685)	(6.685)	-	(6.685)	(6.685)
Passivo fiscal diferido						
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	13.674	28.548	42.222	19.057	29.683	48.740
Outros itens	728	-	728	728	-	728
Subtotal	14.402	28.548	42.950	19.785	29.683	49.468
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	14.402	21.863	36.265	19.785	22.998	42.783

	Controladora			Consolidado		
	Dezembro	Reconhecido	Dezembro	Dezembro	Reconhecido	Dezembro
	2015	no resultado	2016	2015	no resultado	2016
Ativo fiscal diferido						
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(6.685)	453	(6.232)	(6.685)	453	(6.232)
Subtotal	(6.685)	453	(6.232)	(6.685)	453	(6.232)
Passivo fiscal diferido						
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	42.222	(6.937)	35.285	48.740	(6.920)	41.820
Outros itens	728	(20)	-	728	(20)	-
Subtotal	42.950	(6.957)	35.285	49.468	(6.940)	41.820
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	36.265	(6.504)	29.053	42.783	(6.487)	35.588

12 Encargos regulatórios

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro
	2016	2015	2016	2015
Quota de reserva global de reversão - RGR	398	438	798	697
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	3.229	2.737	3.403	2.790
Taxa de fiscalização - ANEEL	154	157	247	239
	3.781	3.332	4.448	3.726

13 Provisão para contingências

A ECTE discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como “possível” e conseqüentemente, não há qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. Em 31 de dezembro de 2016 o valor envolvido estimado no consolidado foi de R\$ 417 em processos trabalhistas (R\$ 756 em 31 de dezembro de 2015), R\$ 13.661 em processos cíveis (R\$ 15.729 mil em 31 de dezembro de 2015) e R\$ 42 em processos regulatórios.

14 Patrimonio líquido

14.1 Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 42.095, representado por 42.095.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Controladora		
	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	21.056.862	50,022%	50,022%
Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC	13.001.027	30,885%	30,885%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	8.037.111	19,093%	19,093%
	42.095.000	100,000%	100,00%

14.2 Reserva de lucro

14.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Este limite foi atingido em 2010.

14.2.2 Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei.

14.3 Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da ECTE, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	Controladora	
	Dezembro	Dezembro
	2016	2015
Lucro líquido do exercício	42.328	17.871
Base de cálculo de dividendos	42.328	17.871
Dividendos intermediários	-	(10.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	(10.582)	-
Reserva de lucros retidos	(31.746)	-
Proposta de distribuição de dividendos adicionais (*)	-	(7.871)
Saldo de lucros acumulados	-	-

(*) A distribuição dos dividendos adicionais estão sendo propostas “ad referendum” à assembléia de acionistas.

15 Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro
	2016	2015	2016	2015
Receita operacional bruta	57.988	66.935	79.981	118.784
Receita de operação e manutenção	5.846	6.080	7.786	7.086
Receita de implantação de infraestrutura	-	-	(8.264)	26.520
Remuneração do ativo financeiro da concessão	52.576	60.894	80.973	87.462
(-) Parcela variável	(434)	(39)	(514)	(2.284)
Deduções da receita operacional	(6.187)	(6.361)	(7.798)	(7.510)
PIS	(531)	(536)	(669)	(634)
COFINS	(2.449)	(2.475)	(3.087)	(2.930)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.122)	(2.255)	(2.675)	(2.649)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(758)	(765)	(955)	(906)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(327)	(330)	(412)	(391)
Receita operacional líquida	51.801	60.574	72.183	111.274

16 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras	1.699	2.145	2.623	2.694
Receita de aplicações financeiras	1.669	2.106	2.578	2.600
Juros ativos	29	39	36	41
Outras receitas financeiras	1	-	9	53
Despesas financeiras	(19.906)	(19.598)	(24.854)	(23.838)
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(18.605)	(19.052)	(23.399)	(23.138)
Variação monetária	(909)	(419)	(978)	(462)
Outras despesas financeiras	(392)	(127)	(477)	(238)
Resultado financeiro líquido	(18.207)	(17.453)	(22.231)	(21.144)

17 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	Dezembro	Dezembro
	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	49.014	54.305
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	16.665	18.464
(+) Adição de ajuste a valor presente - IN 1515	4.106	2.815
Equivalência patrimonial	(7.299)	(5.951)
Despesas e provisões indedutíveis	436	227
Outras	(24)	(24)
	13.884	15.531
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	(6.505)	28.548
Lei rouanet / Esporte / FIA	(399)	(506)
(-) Exclusão do Art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	(452)	(7.138)
Ajuste de Exercícios Anteriores	159	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	6.686	36.434
Taxa Efetiva	13,64%	67,09%

18 Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2016 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2016 a ECTE e sua controlada não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

a. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela ECTE e sua controlada para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber ativo financeiro e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber ativo financeiro como empréstimos e recebíveis e fornecedores como outros passivos financeiros.

Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar):

- (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a controlada ETSE utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos.
- (ii) O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

Estes instrumentos financeiros são classificados pela ECTE e sua controlada como outros passivos financeiros.

b. Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da ECTE e da sua controlada podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** - A ECTE e sua controlada mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica há aproximadamente 647 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a ECTE e sua controlada mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária;

- (ii) **Risco de preço** - A receita da ECTE é, nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M e a receita da sua controlada ETSE é nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA;
- (iii) **Risco de taxas de juros** - A atualização dos contratos de debêntures da ECTE está vinculado à variação do CDI e os contratos de financiamento da ETSE estão vinculados a TJLP;
- (iv) **Risco de liquidez** - A principal fonte de caixa da ECTE e sua controlada é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da ECTE e da sua controlada não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

c. Hierarquia do valor justo

A ECTE e sua controlada utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não ocorreram transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a ECTE e sua controlada classificaram como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários.

19 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 a remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$ 833 (R\$ 734 em 31 de dezembro de 2015) compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

20 Benefícios a empregados

A ECTE e sua controlada, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.